



# Assembleia de Tavira

---

Caminhos novos  
do Desenvolvimento Local  
AVALIAR - AFIRMAR - REFORÇAR - DESAFIAR



**Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local**

Av. Santos Dumont, 57 - 1º Esq.

1050-202 LISBOA

[www.animar-dl.pt](http://www.animar-dl.pt)

[www.facebook.com/assocacao.animar](https://www.facebook.com/assocacao.animar)

<https://agencianimar.com>

[www.cidadaniaemporugal.pt](http://www.cidadaniaemporugal.pt)

[animar@animar-dl.pt](mailto:animar@animar-dl.pt)

Telef.: 21 952 70 50/1

**ABRIL 2001**



incentivar o poder local a participar adequadamente no DL ou a apoiá-lo com mais vigor, respeito das autonomias e medidas práticas de médio prazo?

### 11. Construir a sustentabilidade das ADL

As ADL são frequentemente “empurradas” para servirem como “extensão do Estado”. Existem descontinuidades gritantes dos processos de financiamento, geradoras de grandes perturbações no trabalho de terreno. Faltam instrumentos de apoio a pequenas iniciativas. O pós-2006 é uma incógnita e uma preocupação. “Há que passar de uma posição sobrevivente e defensiva para uma posição ofensiva”. Mas como? Não será urgente a criação de um “*Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Local*” e de um “*Programa Global de Apoio ao Desenvolvimento Local*”, através de parcerias inter-ministeriais? E não será importante criar incentivos ao mecenato e linhas de crédito bonificado? E voltamos, de novo, ao debate sobre o relacionamento entre o movimento de DL e o Estado! É essencial, neste domínio, chegar a propostas de instrumentos bem específicos!

### COMO CONTINUAR?

Esta é uma leitura dos debates já realizados, na qual se procurou integrar e cruzar as múltiplas preocupações e ideias! Propomos que seja tomada como um ponto de partida (relativo) para os próximos Encontros Regionais. Para que os mesmos sejam produtivos, sugerimos que sejam debatidos os temas prioritários para os participantes, de entre os 11 referidos no ponto anterior. Isto, porque é vital aprofundar a discussão e, naturalmente, chegar a propostas específicas. Esperamos, vivamente, que se multipliquem os comentários críticos, fundamentados e criativos, enriquecedores desta leitura! Apelamos a que contribuam, nas Assembleias ou de outra forma, com pequenos documentos escritos. Serão uma ajuda preciosa para a construção da “Declaração de Tavira”!

*MANIFesta 2001 – IV Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local  
Tavira, 2001*

## Caminhos novos do Desenvolvimento Local AVALIAR - AFIRMAR – REFORÇAR – DESAFIAR

### DE ONDE VIMOS?

“Começou por ser o sonho de 1 ou 2. Que mobilizou rapidamente mais 3 ou 4, e depois mais de 30. Foi assim que nasceu a ideia de realizar um encontro de Iniciativas de Desenvolvimento Local em Portugal”. Esse encontro foi a MANIFesta de Santarém, que aconteceu em 1994. Seguiu-se Tondela, em 1996, e Amarante, em 1998. Em breve será Tavira!

No princípio, havia sobretudo um grupo de cidadãos activos, animadores e protagonistas de organizações e iniciativas de desenvolvimento local. O movimento de DL despertava então, ganhava alguma força e visibilidade, ou seja, começava a organizar-se. A Animar, na altura Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local em Meio Rural, dava os primeiros passos. Não existiam outras organizações ou redes das ADL.

A Assembleia da MANIFesta foi desde logo imaginada como um espaço e um tempo intenso de comunicação, procedido de outros momentos de reflexão, aqui e ali, onde trabalhavam Associações e agentes. Sempre se buscou a participação viva e plural, visando partilhar ideias, experiências e perplexidades, acelerar movimentos de interligação e sinergias, interpelar poderes, reivindicar e propor.

Santarém e Tondela foram essenciais neste percurso de aprendizagem colectiva. Amarante foi um marco na reflexão e debate sobre o estado e o futuro do DL em Portugal. Inovou-se no processo e chegámos à Assembleia, a 29 de Novembro de 1998, com um “Projecto de Teses” e uma “Declaração-síntese” que incorporaram reflexões, críticas e sugestões muito diversas, provenientes dos quatro debates realizados de Norte a Sul do continente (as ilhas não participaram nessa fase). As muitas intervenções, numa Assembleia em que participaram centenas de agentes de desenvolvimento, propiciaram o enriquecimento dos documentos. De

Amarante saímos com um diagnóstico global do movimento de DL em Portugal. Com uma imagem da sua dinâmica e das suas dificuldades. Ficou claro o desejo de reforçar as práticas renovadoras e fortalecedoras dos valores da cidadania, justiça e solidariedade. Ficou bem expressa a importância de reforçar o próprio movimento, melhorando o funcionamento da(s) rede(s) e cimentando as interações entre organizações e iniciativas de DL.

Em Amarante defendeu-se o aprofundamento da democracia, tomando como objectivo e requisito do DL, através do cruzamento das suas vertentes representativa e participativa. Exigiram-se também políticas e instrumentos adequados como forma de fazer desabrochar todo o potencial do DL. Reivindicaram-se medidas bem concretas nos capítulos do financiamento, da programação de base territorial, da discriminação positiva de grupos e espaços fragilizados, da valorização dos investimentos imateriais e do reconhecimento do estatuto de parceiro social para o movimento do DL.

Em Amarante estabeleceu-se um forte compromisso no sentido de um trabalho empenhado, perseverante e profissional, para construir um Portugal desenvolvido, solidário e sustentável, no quadro de uma globalização alternativa, também ela solidária e sustentável, superadora das fortes desigualdades à escala mundial e garantia de salvaguarda do planeta.

Em Amarante, em 29 de Novembro de 1998, defendemos e acordámos, enérgica e convictamente, que o *Desenvolvimento Local é uma oportunidade de futuro!*

## O QUE QUEREMOS PARA TAVIRA 2001

E agora, Tavira! Queremos que a Assembleia da MANIFesta 2001 seja também um marco, um passo em frente. O movimento do DL tem evoluído continuamente, quantitativa e qualitativamente. Novas iniciativas organizacionais emergiram desde 1998. O pensamento sobre o DL também progrediu. Portugal está envolvido, diversificadamente e com empenho, em redes internacionais e globais que organizam processos positivos e alternativos de reflexão e acção sobre e para o DL!

intercâmbio de saberes e saberes fazer e propiciar a construção participada de novos saberes socialmente relevantes? (através da formação, da investigação-acção ou participativa, de círculos de discussão, de observatórios regionais ou outros, ...).

## C. Do Relacionamento Estado-DL – *De nós para o poder político*

### 9. Definir as bases para o relacionamento com o Estado

Os progressos têm sido lentos neste domínio! Estão demonstradas e são amplamente reconhecidas as virtualidades da acção das ADL e demais organizações cívicas e solidárias. As ADL vão sempre à frente do Estado (e da burocracia administrativa) no reconhecimento das necessidades e potencialidades existentes. Estão no terreno, são do terreno, associam as pessoas no local. São as suas sugestões e recomendações que, quase sempre, movem a máquina estatal, obrigando a reflexões e iniciativas práticas. Devem, pois, ser reconhecidas como elementos fundamentais de regulação social. Mas onde estão as políticas claras de DL, que assegurem o presente e o futuro? E como equacionar a falta de articulação entre organismos do Estado, cidadãos e organizações de DL e a própria falta de reconhecimento público do papel destas organizações (que lhes garanta independência e sustentabilidade)?

É indubitável que são necessárias parcerias sustentadas entre ADL e Estado e, para tal, é importante contarmos com uma “*Carta de Boas Práticas de Relacionamento*” (que estabeleça regras claras), assim como de uma “*Declaração de Direitos e Deveres das ADL*”. Estruturas ou plataformas de mediação, como a Animar, são vitais, como formas de articulação, representação e promoção da visibilidade do movimento.

### 10. Articular ADL e poder local

O poder local não tem um padrão único ou uniforme de intervenção no DL. Nalgumas regiões é parceiro dominante (mesmo dominador), noutras é actor mais passivo. Quais as diferentes modalidades e especificidades da intervenção das autarquias em processos e iniciativas de DL? Quais as respectivas formas de organização e o relacionamento com as ADL? E como

## 6. Fazer dos jovens parceiros activos do/no DL

O movimento de DL tem sido engrossado com dezenas de jovens técnicos que intervêm activamente na vida das organizações e dos territórios locais. São os “*novos valores*” do DL! Não será fundamental criar uma “malha” de apoio aos jovens profissionais que trabalham no DL? E como facilitar a integração de jovens bacharéis e licenciados no DL (estágios, protocolos com instituições de ensino, ...)? E como nos posicionamos face a questões do tipo: Funcionalismo *vs* voluntarismo? Pragmatismo *vs* ideologismo; Integração de comunidades *vs* elites?

Há também os jovens “destinatários” ou “beneficiários” das iniciativas de DL inseridos em múltiplas actividades. Como facilitar a sua inserção na vida profissional? Será relevante a criação de entidades de acompanhamento de projectos de auto-emprego após formação escolar?

## 7. Implicar, envolver os cidadãos!

Como passar do discurso da participação para a prática do envolvimento activo dos cidadãos? Como envolver os difíceis de envolver? Como contrariar o desinteresse pela procura colectiva de soluções? Como combater o alheamento das pessoas face à vida das suas comunidades? Como combater a falta de sensibilidade das empresas face ao DL? E a falta de esperança nos jovens e nas suas iniciativas? Como facilitar a apropriação local de dinâmicas de desenvolvimento, para que floresçam e abram caminho para outras e outras mais? E, no quadro das ADLs, como aprofundar a democracia e o envolvimento activo dos profissionais e associados?

## 8. Criar parcerias DL - instituições de Ensino Superior e Investigação

O DL precisa de mobilizar inteligências e capacidades exteriores! As instituições de ensino superior e de investigação (universidades, institutos, escolas, centros) têm capacidades que, frequentemente, ou carecem de valorização, ou não estão orientadas para o apoio ao DL! Como estimular o diálogo com tais instituições e mobilizar as suas capacidades? Como influenciar as suas agendas e programas de trabalho? Como facilitar o

Há hoje uma consciência ainda mais viva sobre o valor e as potencialidades das organizações cívicas e solidárias, sobretudo enquanto manifestações de uma cidadania activa e veículos de construção de uma democracia mais participativa e de uma sociedade social e economicamente inclusiva. Há hoje uma consciência mais alargadamente partilhada sobre a necessidade de criar as condições e propiciar os meios para uma intervenção regular e continuada, cada vez mais credível e inovadora, para construir, no local, a globalização da solidariedade e do desenvolvimento sustentável.

O relacionamento entre o movimento do DL – e as suas organizações cívicas e solidárias – e o Estado, assim como o aprofundamento das relações entre os *nós* do movimento, são questões da maior importância, que carecem de debate aceso, orientado para a construção de uma visão clara e de iniciativas concretas, vigorosas e emblemáticas. Por tudo isto, para Tavira imaginámos e ambicionamos uma Assembleia que continue e aprofunde o espírito de Santarém, Tondela e Amarante, dirigida para cinco objectivos fulcrais:

- 1) contribuir para avaliar o trabalho das ADL e organizações cívicas e solidárias nos últimos 15-20 anos;
- 2) aprofundar o debate sobre a tipificação e a natureza das práticas das ADL e organizações que se reconhecem como entidades de DL;
- 3) contribuir para a elaboração de uma “Carta de Relacionamento entre as ADL e o Estado”;
- 4) identificar um conjunto de temáticas prioritárias tendo em vista a definição de novas e urgentes linhas de intervenção no DL, respondendo aos desafios de um país e de um mundo em mudança; e
- 5) contribuir para reforçar o movimento de DL através da clarificação e aprofundamento dos laços de relacionamento entre redes ou organizações nacionais e regionais e organizações locais.

O processo está em marcha! Desde Dezembro de 2000 que se realizaram Assembleias Regionais em Alvito (Alentejo e Algarve), Belmonte (Beira Interior), Lisboa (incluindo Vale do Tejo), Paúl (de novo Beira Interior), Sabrosa (todo o Norte), Coimbra e Tondela (Beira Litoral). Para

alguns, os novos nestas andanças, tem sido a descoberta da MANIFesta. Para outros, os numerosos “reincidentes”, é a oportunidade para alargar o círculo de reflexão e aprendizagem. O espírito de partilha tem imperado. A construção de uma *agenda de debate* foi o principal alvo de atenção da centena e meia de participantes nesta primeira ronda de encontros.

O que se segue é pouco mais do que a enumeração das grandes questões a debater. O percurso continua!

## UMA AGENDA EM CONSTRUÇÃO

São 11 os temas para debate que emergiram das Assembleias Regionais. Aqui os apresentamos, organizados em 3 grandes áreas ou blocos. Organização que é, reconhecemos, sempre falível, *porque tudo se liga com tudo!*

### A. Dos Princípios – *De nós para nós*

#### 1. DL: Clarificar visões e melhorar práticas

É essencial uma reflexão sistemática que cruze teoria e prática e clarifique e enriqueça as visões e as formas de intervir! Que visões temos sobre o que deve ser o desenvolvimento local? E sobre os processos globais de transformação do mundo? E sobre a relação global-local? Como construir (ou como construímos, no local) um desenvolvimento diferente, inclusivo, que envolva os cidadãos, combata a alienação e a desmobilização, contribua para erradicar a pobreza, mude valores e atitudes e se alicerce em modos de vida sustentáveis?

#### 2. Qualificar dirigentes e técnicos

O DL definha, empobrece, na ausência de dirigentes e técnicos qualificados. Como formar uns e outros? Que tipos de percurso de aprendizagem? Como combinar aprendizagens institucionais com aprendizagens colaborativas? A ligação com instituições de ensino superior parece promissora, mas com forjar parcerias relevantes? E como equacionar a retemperada questão da carreira técnica dos agentes de DL, criando

motivação para a sua continuidade na profissão? E fará sentido uma *Escola do Desenvolvimento Local*?

### 3. Tecer a rede do DL: do local para o regional, nacional e transnacional

O movimento cresceu, espalhou-se no território! Como facilitar os relacionamentos entre os seus muitos e diferentes nós? A criação de redes inter-locais, regionais, que entrelacem, parece ser uma forma de dar mais consistência ao trabalho das ADL e outras organizações (troca activa e mais personalizada de informação, espaço de participação e auto-reflexão sobre problemas e práticas, definição de estratégias, construção de sinergias, combate a rivalidades, pressão sobre os poderes). Como lá chegar? Através de assembleias ou encontros regionais? E qual a importância do trabalho inter-regional? E transnacional, dentro e fora da Europa? Que papel deve ter a Animar em todo este processo e como reforçar o seu posicionamento e intervenção pró-activa?

### 4. Promover a avaliação do DL

A avaliação não é apenas uma exigência da burocracia do Estado ou da UE, faz mesmo falta! Pode ser, no fundo, um dos elementos do processo de aprendizagem que é o DL. Mas, como avaliar as intervenções de DL? O que avaliar? Em que doses combinar auto e hetero-avaliação? E como dar visibilidade ao movimento de DL através da avaliação?

### B. Dos Métodos de Accão – *De nós para todos*

#### 5. Promover a revalorização da identidade local

A revalorização da identidade local é uma das essências do DL e, em muitos territórios, um dos seus resultados mais visíveis! Mas há que buscar caminhos inovadores para criar e vender (com justiça) produtos com identidade; transformar riscos (como a insegurança alimentar de hoje) em oportunidades; preservar (sustentavelmente) actividades tradicionais e velhas manufacturas; dinamizar modos de produção alternativos e promissores; envolver velhos e novos na revalorização e renovação da identidade local.